



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001509-68.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Embargante: **Mont Blanc Loterias Ltda**
 Embargado: **Milhiancaren Pereira dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MONT BLANC LOTERIAS LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos À Execução em face de Milhiancaren Pereira dos Santos, também qualificada, alegando que o cheque no qual embasada a execução teria sido furtado em 28 de outubro de 2009, conforme boletim de ocorrência policial, tratando-se de título emitido em meados do ano de 2008 para garantia de “operação” (sic.) realizada com a pessoa do Sr. *Alexandre*, por isso mesmo sem anotação da data de emissão, tendo o credor restituído referido título tão logo quitada a dívida, destacando que após furtado o cheque foi preenchido com data recente, evitando se pudesse reconhecer a prescrição quando em 11 de dezembro de 2009 foi ajuizada a execução, reclamando assim o acolhimento dos embargos para a extinção da execução.

A embargada respondeu sustentando que o cheque foi recebido diretamente da embargante em 18 de agosto de 2008, aduzindo que o proprietário da embargante, Sr. *Antonio Carlos Blanco* seria dado a tomar dinheiro com terceiros remunerando-os com juros acima daqueles pagos pela caderneta de poupança, o que levou a ela, embargante, a vender um imóvel e aplicar R\$ 18.000,00 em mãos do Sr. *Antonio*, pagos com o cheque administrativo da *Caixa Econômica Federal* nº 93000348-7, recebendo daquele o cheque no valor de R\$ 21.000,00 ora executado, tratando-se, portanto, de dívida existente e legítima, de modo a concluir pela improcedência dos embargos.

A embargante replicou refutando a versão da embargada e reafirmando os pedidos da inicial.

O feito foi instruído com o depoimento das partes e com prova documental, à vista da qual apenas a embargada se manifestou, postulando o julgamento da lide nos termos de sua impugnação.

É o relatório.

Decido.

Conforme já destacado, os informes da *Caixa Econômica Federal* a respeito da movimentação da conta bancária da embargante deixa evidente que o cheque emitido no valor de R\$ 18.000,00 em favor da embargada foi efetivamente depositado na conta da embargante *Mont Blanc Loterias* (vide ofício de fls. 246), de modo que a tese da embargada, de não ter havido depósito do referido cheque em sua conta é não apenas uma afirmação que ela sabia formular contra a verdade dos fatos, como também implicou em expediente manifestamente protelatório, que opôs injustificada resistência ao processo.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tais circunstâncias demonstram com clareza a improcedência dos embargos, de modo que cumpre sejam rejeitados e que caiba à embargante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado, como ainda fica, assim, declarada a litigância de má-fé da embargante, com base no que dispõe o art. 17, II e IV, do Código de Processo Civil, para impor, além da fixação da sucumbência no máximo, com honorários de advogado em 20% do valor da dívida, atualizada, como acima verificado, também uma condenação ao pagamento de multa de 1,0% (*um por cento*) do valor da causa, atualizado, e, ainda, uma condenação a indenizar a embargada em outros 20% (*vinte por cento*) do valor da dívida, atualizada, na forma autorizada pelo art. 18, caput e §2º, do mesmo *Codex*, justificando-se que tal condenação se faz no máximo na medida em que o expediente aqui verificado é assaz desleal, motivando incidente que já dura desde o ano de 2009, sem que haja um mínimo de justificativa para uma tal resistência, que não o desejo de não quitar a dívida, daí entendermos que a reprimenda deve se fazer no patamar máximo permitido pela lei.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos, DECLARO a embargante MONT BLANC LOTERIAS LTDA como LITIGANTE DE MÁ-FÉ na forma tipificada pelo art. 17, IV, do Código de Processo Civil, e em consequência, com base no art. 18, *caput*, do Código de Processo Civil, a CONDENO a pagar à embargada Milhiancaren Pereira dos Santos, multa de 1,0% (*um por cento*) do valor da causa, atualizado, bem como CONDENO a embargante MONT BLANC LOTERIAS LTDA na forma do art. 18, §2º, Código de Processo Civil, a pagar à embargada Milhiancaren Pereira dos Santos indenização de valor equivalente a 20% (*vinte por cento*) do valor da dívida, atualizada; e CONDENO a embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 17 de junho de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**